

NÍVEL DE COMUNICAÇÃO E FATORES DETERMINANTES NO *DISCLOSURE* VOLUNTÁRIO EM RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA (RSC): UM ESTUDO COM COMPANHIAS DO SEGMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA LISTADAS NA BOVESPA

RESUMO

O artigo tem como proposta investigar a relação existente entre *disclosure* voluntário em Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e desempenho econômico-financeiro das empresas listadas na BOVESPA do segmento de energia elétrica, atividade de relevância econômica no país e forte regulamentação no processo de divulgação de informações a *stakeholders* externos. Procura identificar quais são os fatores determinantes para que as entidades do segmento de energia elétrica distribuídas nas regiões brasileiras, evidenciem práticas sociais realizadas no ambiente no qual estão inseridas. Procurou-se trazer os dados dessas empresas contidos nos Relatórios Financeiros Padronizados (DFP) do ano de 2009, que se encontram disponíveis no site da BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo) formando um conjunto de 48 companhias. As evidências do estudo indicam que a divulgação voluntária em Responsabilidade Social Corporativa (RSC) não está associada ao desempenho econômico-financeiro e social, mas ao alinhamento das práticas recomendadas pelo agente regulador (ANEEL), bem como no esforço em atingir um bom desempenho no Índice de Responsabilidade Social (IRS) ferramenta desenvolvida pela Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE).

Palavras-chave: *Disclosure* voluntário. Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Empresas do setor elétrico.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é investigar os fatores do desempenho econômico que influenciam no *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (RSC) das companhias abertas no Brasil do segmento de energia elétrica.

No Brasil ainda não existe nenhuma legislação específica que determine a obrigatoriedade das empresas em divulgarem o desempenho socioambiental. No entanto, tramitam ou foram aprovados em diferentes instâncias federativas projetos ou leis acerca desse escopo. No âmbito federal o Projeto de Lei (PL) nº 3.116/1997 pretende tornar obrigatório a elaboração de Relatórios Sociais para as companhias de grande porte no Brasil.

Os Relatórios Sociais comunicam e mensuram as ações da empresa relativas as suas práticas em Responsabilidade Social Corporativa (RSC), demonstrando sua preocupação com as pessoas e a vida no planeta, ou seja, dá transparência às atividades e esforços das companhias direcionados à qualidade de vida das pessoas, construindo maior vínculo entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

Dentre os Relatórios Sociais, destaca-se o Balanço Social que segundo Iudicibus (2000) busca evidenciar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas pelo uso do patrimônio dos recursos naturais e humanos.

A princípio percebe-se que a divulgação dessas informações pode trazer benefícios para as empresas, tais como a atração de investidores socialmente responsáveis, aumento do preço das ações e redução do custo de capital (MURIA; SANTOS; SALOTT; NASCIMENTO, 2008).

Assim, justifica-se a realização do presente estudo no intuito de identificar prováveis fatores significantes do desempenho econômico para o *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (RSC) e o impacto na ampliação do *disclosure* obrigatório resultante das normas reguladoras complementares da atividade regulamentada do segmento energético.

Diante do reduzido número de trabalhos no Brasil fundamentados na Teoria do *Disclosure* Voluntário, com suporte quantitativo (CONCEIÇÃO; DOURADO; BAQUEIRO; SILVA; BRITO, 2010) acerca dos fenômenos da divulgação voluntária de informações relativas a RSC, constitui o presente trabalho enquanto problema de pesquisa: **Quais fatores determinantes no nível de *Disclosure* Voluntário em Responsabilidade Social Corporativa das Companhias do segmento Elétrico Brasileiro listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA)?**

De forma complementar, o trabalho estabelece as seguintes hipóteses:

Hipótese 0: O *disclosure* em responsabilidade social corporativa (RSC) é resultante do poder de discricionariedade dos gestores e dos *stakeholders* internos.

Hipótese 1: As variáveis do desempenho econômico-financeiro e social influenciam de forma significativa no *disclosure* em responsabilidade social corporativa (RSC).

Neste contexto, o presente trabalho apresenta como objetivo geral modelar fatores do desempenho econômico que influenciam no *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (RSC) das companhias do segmento elétrico.

Para alcançar o objetivo geral, indica-se dois objetivos específicos: (1) identificar fatores significantes do desempenho econômico para o *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (RSC); e (2) investigar o impacto na ampliação do *disclosure* obrigatório resultante das normas reguladoras complementares.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evidenciação Contábil e *Disclosure* Voluntário

Segundo Hendriksen e Breda (2009, p.515) existem três tipos de divulgação: divulgação adequada, justa e completa:

“A mais comumente utilizada dessas expressões é divulgação adequada, mas isso pressupõe um volume mínimo de divulgação compatível com o objetivo negativo de evitar que as demonstrações sejam enganadoras. Divulgação justa subentende um objetivo ético de tratamento equitativo de todos os leitores em potencial. Divulgação completa pressupõe a apresentação de toda informação relevante.”

Observa-se então que a divulgação vai depender do direcionamento da informação. As empresas irão publicar seus relatórios de acordo com público alvo que queiram atingir.

A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para tomada de decisões dentro e fora da empresa. Nela são registradas todas as movimentações possíveis de mensuração monetária, que em seguida, resume dados registrados em forma de relatórios, nos quais são destinados aos interessados em conhecer a situação econômica, financeira e social da empresa. (MARION, 2008, p.26).

Iudícibus (2000, p. 28) afirma que o principal objetivo da Contabilidade e dos relatórios dela emanados é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões com segurança. Mas para isso, faz-se necessário conhecer e discernir a informação que julgue relevante. Atualmente, é importante obter conhecimento não apenas da situação econômica e financeira da empresa, mas também saber como a entidade utiliza os recursos humanos e naturais a ela concedidos e o “retorno social” de sua

atividade para além do enfoque econômico, dessa forma, os relatórios contábeis e demais relatórios direcionados aos usuários externos devem ampliar seu escopo para além dos aspectos meramente econômico-financeiro.

Dentro desse contexto, surgem esforços para reforçar a perspectiva do social aliado as informações econômico-financeira direcionadas a usuários externos, tais como a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, editada em 2004 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), na qual estabelece procedimentos a serem observados pelas entidades na divulgação e evidenciação de informações de natureza social e ambiental; o Parecer Normativo nº 87/1990, instituído pela BOVESPA, que indica mecanismos a elaboração de relatórios de comunicação de práticas de responsabilidade social corporativa em caráter facultativo.

2.2 Relatórios Sociais

A publicação das informações sociais pode ser definida como sendo uma prestação de contas a sociedade, proposto pela empresa, quanto ao uso dos recursos naturais e humanos utilizados para manutenção pleno de sua atividade empresarial. Os relatórios sócio-ambientais são as principais ferramentas para que os usuários verifiquem como estão sendo utilizados e aplicados esses recursos.

De acordo com Tinoco (2009 p. 27) o primeiro sinal relatórios sociais surgiu a partir da década de 60 do século XX. Os trabalhadores, especialmente da Europa e Estados Unidos da América, passaram a fazer exigências as organizações no sentido de obterem informações relativas a seu desempenho econômico e social, ampliando a informação que as organizações forneciam, incorporando aspectos sociais aos econômicos (especialmente àquelas relativas a emprego). O amadurecimento dessas discussões, a perspectiva da responsabilidade social corporativa, acabou por resultar na implantação de práticas de evidenciação social corporativa, na França, a partir de 1977, que delimitava seu escopo basicamente em informações relativas a recursos humanos.

Segundo Iudícibus e Marion (2001), os relatórios sociais contém dados, os quais permitem identificar o perfil da atuação social da empresa durante determinado período, a qualidade de suas relações com os empregados, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Os Relatórios Sociais devem “demonstrar informações de caráter contábil, econômico e financeiro, cujo objetivo é levar ao conhecimento da sociedade o maior número de informações possíveis sobre o comportamento social da empresa que publica. Pode ser considerada como uma prestação de contas da empresa para com a sociedade”. (FERREIRA; PUCCI; LOPES E ALBONETI, 2004, p. 5)

Independente de sua formatação, os Relatórios Sociais devem ter por objetivo “demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida, ressaltando-se os aspectos de recursos humanos, contribuição para o desenvolvimento econômico e social, ambientais, e contribuições para a cidadania”. (RIBEIRO; PINTO, 2004, p.24).

Atualmente, existem diversos modelos de divulgação de práticas de responsabilidade social, disponíveis, dentre esses, destacam-se os propostos pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e um de caráter internacional sugerido pela *Global Reporting Initiative* (GRI).

O modelo IBASE, inspira-se no formato dos relatórios financeiros, evidencia detalhadamente os números associados à responsabilidade social da organização. Reúne

informações sobre a folha de pagamentos, os gastos com encargos sociais de funcionários e a participação nos lucros. Além disso, detalha as despesas com controle ambiental e os investimentos sociais externos nas diversas áreas — educação, cultura, saúde etc.

O modelo Ethos relata de forma detalhada os princípios e as ações da organização, mostrando o contexto das tomadas de decisão em relação aos problemas encontrados e aos resultados obtidos.

Por fim, o modelo sugerido pelo GRI é considerado o mais completo e abrangente, conta com princípios para definição adequada do conteúdo do relatório e garantir a qualidade da informação relatada, indicadores de desempenho e protocolos técnicos com metodologias de compilação, fontes de referências etc. Tal relatório encontra-se bastante difundido internacionalmente, especialmente entre companhias europeias, e no Brasil. Em 2010, 1.186 companhias divulgaram o modelo de relatório de sustentabilidade empresarial, proposto pela GRI, sendo 46 companhias brasileiras (GRI, 2010).

2.3. Índice de Responsabilidade Social (IRS)

Em 2005 foi criado o Índice de Responsabilidade Social (IRS) exclusivo do setor privado de energia elétrica brasileiro. Esta ferramenta foi desenvolvida pela Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), que tem como objetivo direcionar e oferecer transparência à gestão de ações sociais em investimentos de longo prazo.

Segundo a CBIEE (2005) a metodologia utilizada para criação desse índice foi o trabalho feito a partir da análise de três geradoras e onze distribuidoras privadas. A iniciativa surgiu a partir da necessidade de se consolidar a forma como são feitas as contribuições sociais dos investimentos privados no setor elétrico para se ter um retrato do setor como um todo.

Atualmente a CBIEE é formada pelos maiores grupos privada, nacional e estrangeira, responsável por 66% da distribuição e 28% da geração de energia elétrica no país.

Este índice permite aos usuários externos visualizar como estão os investimentos sociais do setor elétrico, constituindo-se enquanto instrumento de acompanhamento das práticas sociais e ambientais desse segmento através dos relatórios das companhias que atuam no segmento elétrico.

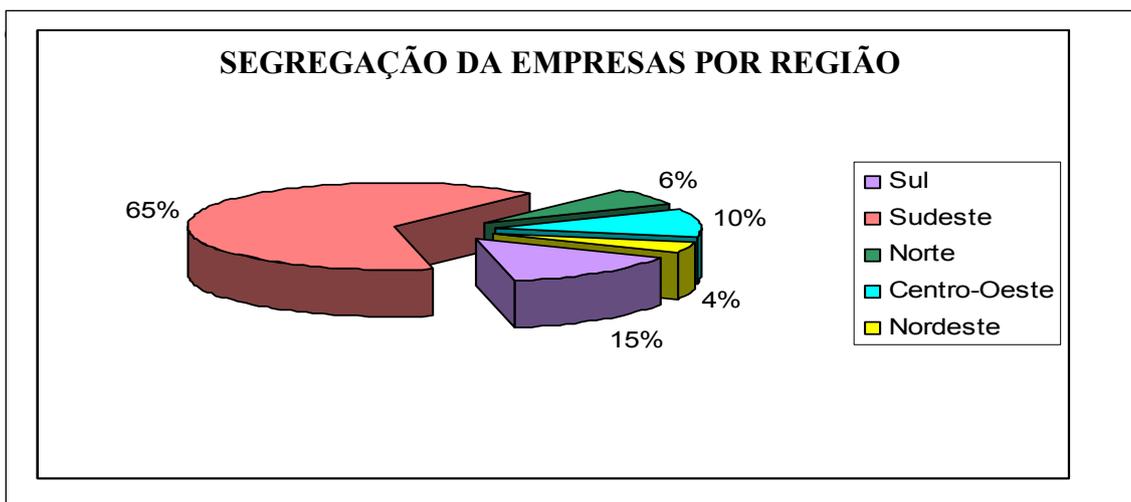
3. METODOLOGIA

3.1 Segregação por região

A amostra foi constituída por quarenta e oito empresas do segmento energia elétrica listadas no BOVESPA (Bolsa de Valores do Estado de São Paulo) que disponibilizaram seus relatórios (DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas) através de sua ferramenta institucional denominada Divulgação Externa (DivExt) relativo ao exercício de 2009.

A amostra constitui-se de empresas distribuídas geograficamente no país conforme demonstrado no **Gráfico 1**.

RAFI
CO 1:
DIST
RIBU
IÇÃO
DAS
EMP
RESA
S DA
AMO
STRA
POR
REGI
ÃO



Observa-se que a maioria das empresas em análise encontram-se sediadas na região sudeste do Brasil, representando 65% da amostra, enquanto o quantitativo menor está localizado na região Nordeste, no qual representa apenas 4%.

Após a análise sobre a distribuição das companhias nas regiões brasileiras, classificou-se as companhias em função do grau de comunicação relativo ao desempenho em RSC, enquanto **empresas que não divulgam informações sobre responsabilidade social (0)** e **empresas que divulgam informações sobre responsabilidade social (1)**. Posteriormente, o grupo das empresas que divulgam informações relativas a RSC foram reclassificadas enquanto **empresas que divulgam RSC superficialmente (2)** e **empresas que publicam relatórios sociais (3)** conforme evidenciado na Quadro 1.

SEGMENTO	Não realizam <i>Disclosure</i> RSC (RSE=0)	<i>Disclosure</i> RSC Precário (Marketing Social) (RSE=1)	<i>Disclosure</i> RSC Fundamentado em Relatórios Sociais (RSE2=2)	TOTAL COMPANHIAS
Energia Elétrica	18	5	25	48
%	37,50%	10,42%	52,08%	100,00%

Quadro 1. Classificação das Empresas da amostra que realizaram *disclosure* em RSC

Observa-se então, que das 48 companhias analisadas a maioria fazem e divulgam relatórios sociais. Este montante representa 52,08%, enquanto o montante que não fornece nenhum tipo de informação relativa à responsabilidade social fica em torno de aproximadamente em 37,5%.

O quantitativo de companhias que divulgam informações superficialmente é baixo quando comparado aquelas que publicam relatórios sociais. Além disso, verificou-se que as empresas que mais publicam relatórios sociais encontram-se na região Sudeste, onde localizam-se uma maior quantidade de empresas que constituem a amostra.

A configuração das práticas de comunicação em RSC no segmento de energia elétrica é assimétrico em relação as práticas evidenciadas por demais companhias da BOVESPA, a partir do comunicado por CONCEIÇÃO et. al., 2010.

3.2 Análise Fatorial

3.2.1 Seleção das variáveis independentes

As variáveis independentes selecionadas no trabalho tomou por base as utilizadas em pesquisas disponíveis na literatura (CONCEIÇÃO; DOURADO, 2009), alcançando a elaboração de modelos paramétricos multivariados que tomaram por base os informes financeiros das companhias (ALTMAN, 1968), no sentido de estabelecer o grau preditivo dos relatórios financeiros.

Foram utilizadas as seguintes variáveis independentes na amostra das empresas listadas no BOVESPA conforme Quadro 2 e sua respectiva fundamentação teórica:

<u>Código da Variável</u>	<u>Variável Independente</u>	<u>Referência em Outros Estudos</u>
CTPL	X1 = exigível total / patrimônio líquido (Participação de Capital de Terceiros)	Kanitz (1978)
PCCT	X2= passivo circulante / exigível total (Composição do Endividamento)	Matarazzo (2003)
PERMPL	X3= permanente / patrimônio líquido (Grau de imobilização do patrimônio líquido)	Matarazzo (2003)
LC	X4= ativo circulante / passivo circulante (Liquidez corrente)	Kanitz (1978)
LG	X5= (ativo circulante + realizável a longo prazo) / (passivo circulante + exigível a longo prazo) (Liquidez geral)	Altman (1977)
LLPL	X6= lucro líquido / patrimônio líquido (Rentabilidade sobre patrimônio líquido)	Kanitz (1978)
LLVL	X7= lucro líquido / vendas líquidas (Margem líquida)	Antunes, Corrar e Kato (2002)
VLAT	X8= vendas líquidas / ativo (Giro do Ativo)	Altman (1968)
DFLO	X9 = despesas financeiras / lucro operacional (Cobertura de juros)	Sanvicente e Bader (1996); Sanvicente e Minardi (1998)
DFEMPR	X10 = despesas financeiras / empréstimos (Serviço da dívida)	Altman (1977)
EB	X11 = empréstimos / patrimônio líquido (Endividamento Bancário)	Matarazzo (2003)
DB	X12 = empréstimos / ativo (Dependência Bancária)	Matarazzo (2003)
CFNCG	X13= fluxo de caixa operacional / (clientes + estoque . fornecedores . outras obrigações) (Capacidade de financiamento da necessidade de capital de giro)	Pereira (2006)
CPD	X14= fluxo de caixa operacional / empréstimos (Capacidade de pagamento de dívidas)	Pereira (2006)
CINV	X15= fluxo de caixa operacional/desembolsos de ativo permanente (Capacidade de investimentos)	Pereira (2006)
EBTDA%	X16= (Lucro líquido + impostos + depreciação - resultado financeiro) / vendas líquidas (Lucro antes de despesas financeiras, depreciação e participações - Ebt da margem)	Pereira (2006)
VALVL	X17 = valor adicionado líquido / vendas líquidas (Lucratividade Líquida das Vendas)	Cosenza (2003)
VALAT	X18 = valor adicionado líquido / ativo (Lucratividade Líquida do Ativo)	Cosenza (2003)
VALPL	X19 = valor adicionado líquido / patrimônio líquido (Lucratividade Líquida)	Cosenza (2003)

	dos Recursos Próprios)	
IMPVAL	X20 = impostos / valor adicionado líquido (Impacto dos impostos na riqueza)	Cosenza (2003)
DIVVAL	X21 = dividendos / valor adicionado líquido (Impacto da remuneração dos recursos dos investidores)	Cosenza (2003)

Quadro 2: Variáveis independentes selecionadas no estudo (Conceição e Dourado, 2009)

Buscou-se a redução do número de variáveis relativos ao desempenho econômico-financeiro a partir do emprego da técnica estatística Análise Fatorial. Segundo Hair (2005, p. 388) a Análise Fatorial é uma técnica multivariada, que pode sintetizar informações de um grande número de variáveis em um número muito menor. Tem como objetivo identificar prováveis relações existentes na amostra, simplificando a compreensão dos dados.

4. RESULTADOS OBTIDOS

Segundo o método Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) o conjunto de dados apresenta 37,90% de adequação ao modelo fatorial. Não analisou-se o teste de esfericidade de Bartlett devido a normalidade multivariada não ser garantida.

Devido alguns fatores apresentar carga muitos próximos rotacionou-se utilizando o método *varimax* e observou-se uma explicação para o total da variância da amostra em 87,59% com 7 fatores conforme Quadro 3. Deste modo, classificou-se os fatores da seguinte forma:

- Fator 1 – Capital de Próprio;
- Fator 2 – Fluxo de caixa;
- Fator 3 – Desempenho em Vendas;
- Fator 4 – Criação de Riqueza;
- Fator 5 – Capital de Giro;
- Fator 6 – Liquidez; e
- Fator 7 – Capital de Terceiros.

Índice/Fator	FATORES SELECIONADOS						
	1	2	3	4	5	6	7
CTPL	,974						
PCCT						-,312	,744
PERPL	,905						
LC						,898	
LG						,348	,774
LLPL	,421					,398	
LLVL		,961					
VLAT			,983				
DFLO				,932			
DFEMPR						-,764	
EMPPL	,869						
EMPAT			,977				
CFNCG						,932	
EBTDA		-,963					
VALVL		,990					
VALAT			,987				
VALPL	,918						

VALIMP					,409	,657	
VALTERC				,902			
VALEMPR				,961			

Quadro 3 – Fatores Rotacionados

4.1 Construção do modelo linear

A combinação das variáveis em 7 fatores permitiu a redução dos aspectos relativos à multicolinearidade e de acordo com o estabelecido por Hair (2005).

O modelo linear identificado a partir da extração dos fatores apresentou um desempenho insuficiente no teste R2 (abaixo 0,50 conforme estabelece Hair (2005)) em 0,246 mostrando que o modelo tem baixo poder de explicação. No Quadro 4 é apresentado a ANOVA para o modelo de regressão adotado.

ANOVA(b)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	2,762	7	,395	1,860	,102(a)
	Residual	8,488	40	,212		
	Total	11,250	47			

Quadro 4 – Anova

O modelo resultante da extração dos sete fatores (Fator 1 – Capital de Próprio; Fator 2 - Fluxo de caixa; Fator 3 – Desempenho em Vendas; Fator 4 – Criação de Riqueza; Fator 5 - Capital de Giro; Fator 6 – Liquidez; e Fator 7 – Capital de Terceiros.) pelo método dos mínimos quadrados não ponderados apesar de conseguir explicar 87,59% (Tabela 3) da variância da amostra (Tabela 2), quando conduzidos a construção de uma modelo de regressão multivariada linear, que constitua um modelo preditivo, apresentou um fraco desempenho significativo de validação.

Component	Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %
1	3,563	17,813	17,813
2	3,020	15,101	32,914
3	2,980	14,898	47,812
4	2,805	14,026	61,838
5	2,020	10,099	71,937
6	1,647	8,237	80,174
7	1,485	7,423	87,597

Quadro 5: Variância Explicada pelo modelo fatorial

Deste modo, é possível afirmar a partir dos relatórios das companhias do segmento de energia elétrica que formaram a amostra, não é possível estabelecer uma influência do desempenho econômico-financeiro e social no processo de *disclosure* relativo a responsabilidade social corporativa (RSC).

O resultado sugere sobre o conjunto das companhias do segmento de energia elétrica que constituem a amostra, que o *disclosure* em responsabilidade social corporativa (RSC) não está relacionado ao desempenho econômico-financeiro e social, aceitando-se, portanto, a hipótese nula: *O disclosure em responsabilidade social corporativa (RSC) é resultante do poder de discricionariedade dos gestores e dos stakeholders internos.*

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 21 de dezembro de 2006 instituiu um novo modelo de relatório denominado “Relatório de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica” que teve vigência a partir de 1º de janeiro de 2007.

Verifica-se que a implantação desse relatório sugere uma contribuição para a ampliação da divulgação das informações de cunho social por parte das companhias de energia elétrica, principalmente por está ligado ao processo de premiação implantado pelo agente regulador denominado “Prêmio Energia Cidadã”. Este prêmio tem como objetivo incentivar e reconhecer, anualmente, as melhores práticas de responsabilidade social que visam ao desenvolvimento de uma sociedade sustentável no âmbito do segmento elétrico, influenciando beneficentemente a ampliação do *disclosure* relativo a RSC nesse segmento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo investigar aspectos relevantes no processo de divulgação voluntária em Responsabilidade Social Corporativa (RSC) no segmento elétrico a partir da amostra compreendendo companhias listadas no BOVESPA.

Com base nos testes estatísticos realizados através do método de Análise Fatorial, às hipóteses estabelecidas e a amostra analisada, as evidências indicam que a divulgação voluntária não está associada ao desempenho econômico-financeiro e social. Entende-se que os resultados obtidos limitam-se a amostra e período analisado.

Complementarmente, verificou-se que as indicações propostas pela ANEEL (agente regulamentador), constituindo um modelo de Relatório de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica, a criação do Prêmio de Energia Cidadã aliado a CBIEE com a criação do Índice de Responsabilidade Social (IRS) exclusivo do setor privado de energia elétrica brasileiro, podem influenciar no processo de comunicação de práticas de responsabilidade social corporativa nesse segmento.

Recomendam-se estudos relativos a outros períodos que busquem determinar o nível de influência do agente regulador do segmento influenciando na divulgação das práticas de responsabilidade social corporativa e demais questões subjacentes ao processo de comunicação dessas práticas no segmento elétrico.

REFERÊNCIAS

Acende Brasil, **Setor elétrico lança índice de responsabilidade social e setorial**. Disponível em: <http://www.acendebrasil.com.br/archives/files/imprensa_publicacoes/2005_07_14_Radio_CBN.pdf> Acesso em :07 de Julho de 2010.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **Sistema de Divulgação Externa (DivExt). 9.0**. Disponível em: <http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>. Acesso em 7 de Fevereiro de 2009
BSD Brasil, **AA1000: Estrutura de gestão da responsabilidade corporativa**, Disponível em:< <http://www.bsd-net.com>>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2010

CONCEIÇÃO, S. H. da. DOURADO, G. B.. **Desempenho Econômico-financeiro e Fatores Determinantes no Disclosure Voluntário em Responsabilidade Social Corporativa (RSC): Um estudo com as empresas listadas na Bovespa (Brasil)**. XXIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO - ENEGEP, Salvador, BA. **Anais...**, Salvador, outubro de 2009.

CONCEIÇÃO, S. H..da. DOURADO, G. B. BAQUEIRO, A. G. M. SILVA, S. F. BRITO, P. C. **Nível de Comunicação e *Disclosure* Voluntário em Responsabilidade Social Corporativa (RSC): Um estudo com as empresas listadas na Bovespa.** XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, Belo Horizonte, MG. **Anais...**, Belo Horizonte, Novembro de 2010.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº 1.003/04.** CFC: **Brasília, 2004.**

CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves de, RIBEIRO, Maisa de Souza, **Divulgação voluntária de informações de natureza social:** um estudo nas empresas brasileiras. Revista de Administração – Eletrônica Universidade São Paulo, São Paulo, 2008.

CVM, **DELIBERAÇÃO CVM Nº 29, DE 05 DE FEVEREIRO DE 1986.** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?File=/deli/deli029.htm>>. Acesso em 28 de Janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Código=2004/001003> Acesso em 10 de dezembro de 2009.

ETHOS, **Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.** Disponível em: <http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=4198&Alias=ethos&Lang=pt-BR>. Acesso em 21 ago. 2010.

FERRARI, Ed Luiz, **Contabilidade Geral:** Teoria e 1000 questões. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERREIRA, Araceli Cristina de Sousa, SIQUEIRA, José Ricardo Maia de, GOMES Monica Zaidan, **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais** São Paulo: Atlas, 2009

FERREIRA, Flávio Smania, PUCCI, Eliton Piedade, LOPES, Dirceu Marques, ALBONETI, Evaldo Francisco Alboneti. VI SEMEAD Responsabilidade social corporativa no processo estratégico das organizações: Uma abordagem através do balanço social, **Anais...** Agosto de 2004.

GRI – *Global Reporting Initiative.* **GRI Reporting List 2009-2010.** Disponível em <http://www.globalreporting.org/> acesso em 10 Nov 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S. BREDÁ, Michael F. Van, **Teoria da Contabilidade** . São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de e MARION, José Carlos. **Dicionário de Termos de Contabilidade.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, Teoria da Contabilidade 4.ed São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Gerlando Augusto S. Franco, **Utilização da Teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas**. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) Faculdade Economia, Administração e Contabilidade, Universidade São Paulo, São Paulo, 2007.

MARION, José Carlos, **Contabilidade Básica** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATARAZZO, Dante Carmine, **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial** 6 ed São Paulo: Atlas, 2008

MURCIA, Fernando Dal-Ri, SANTOS, Ariovaldo dos **Fatores determinantes do nível de Disclosure voluntário das companhias abertas do Brasil**. Revista de Educação e Pesquisa em contabilidade mai/ago-2009

_____; SANTOS, Ariovaldo dos, SALOTTI Bruno Meirelles, NASCIMENTO, Artur Roberto do, **Mapeamento da Pesquisa sobre disclosure ambiental no cenário internacional : Uma revisão dos artigos publicados em periódicos de língua inglesa no período de 1997-2007**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília. p.72-95 maio/ago 2009.

RIBEIRO, Maisa de Souza, PINTO, Anacleto Laurino. **Balanço Social: Avaliação de Informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina** Revista de Contabilidade E Finanças USP, São Paulo, 2004 p. 21-34.

SUPLICY, Marta, TAVARES Maria da Conceição e STARLING, Sandra, **Projeto de Lei (PL) nº 3.116** criado em 1997 Disponível em: www.balancosocial.org.br/media/PL_3116-97.doc. Acesso em 20 nov. 2009.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio, **Balanço Social: Uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações** São Paulo: Atlas, 2009